

Anderson Burke

Vitimologia

Manual da Vítima Penal



REVISTA
AMPLIADA
ATUALIZADA

2022



EDITORA
*Jus*PODIVM

www.editorajuspodivm.com.br



www.editorajuspodivm.com.br

1213209

Rua Canuto Saraiva, 131 – Mooca – CEP: 03113-010 – São Paulo – São Paulo

Tel: (11) 3582.5757

• Contato: <https://www.editorajuspodivm.com.br/sac>

Copyright: Edições JusPODIVM

Diagramação: Equipe JusPODIVM

Capa: Ana Caquetti

B959v Burke, Anderson.
Vitimologia / Anderson Burke – São Paulo: Editora Juspodivm, 2022.
320 p.

Bibliografia.
ISBN 978-85-442-3815-8.

1. Vítima. 2. Direito Penal. I. Burke, Anderson. II. Título.

CDD 341.53327

Todos os direitos desta edição reservados a Edições JusPODIVM.

É terminantemente proibida a reprodução total ou parcial desta obra, por qualquer meio ou processo, sem a expressa autorização do autor e das Edições JusPODIVM. A violação dos direitos autorais caracteriza crime descrito na legislação em vigor, sem prejuízo das sanções civis cabíveis.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	23
Capítulo 1	
VÍTIMAS.....	27
1.1. Conceito etimológico, literal ou gramatical.....	27
1.2. Conceito jurídico	28
1.3. Conceito crítico-vitimológico	30
1.4. A vítima é parte no processo penal?	32
1.5. Pessoa jurídica pode ser considerada vítima de crime?.....	34
1.6. Familiares do ofendido são considerados vítimas?	41
1.7. O estado é considerado vítima?.....	45
1.8. Vítimas não individualizáveis, coletivas, conglomeradas ou virtuais	47
1.9. Bens jurídicos de natureza supraindividual – vítima conglomerada.....	50
1.10. Críticas à vítima	58
Capítulo 2	
HISTÓRICO PAPEL DA VÍTIMA PENAL NO SISTEMA CRIMINAL	69
2.1. Era do protagonismo	70
2.2. Confisco do conflito.....	74
2.3. Redescobrimto da vítima.....	77
Capítulo 3	
VITIMOLOGIA	81
3.1. Vitimologia do ato.....	83
3.2. Vitimologia da ação.....	85

3.3. Vitimologia institucional.....	86
3.4. Ciência autônoma?.....	87
3.5. Conceito moderno de vitimologia	91

Capítulo 4

ESPÉCIES DE VITIMIZAÇÃO	93
4.1. Vitimização primária.....	93
4.2. Vitimização secundária (processual), sobrevivitização ou revitimização	95
4.3. Vitimização terciária	98
4.3.1. Vitimização terciária com substância primária ao agressor	99
4.3.2. Vitimização terciária propriamente dita ao ofendido	100
4.3.3. Vitimização terciária propriamente dita ao agressor	103
4.3.4. Vitimização terciária propriamente dita sobre os familiares do agressor preso	104
4.4. Vitimização inocente	105
4.5. Vitimização consciente.....	106
4.6. Vitimização inconsciente	107
4.7. Vitimização subconsciente	107

Capítulo 5

CIFRAS PENAIS.....	109
5.1. Cifras negras	110
5.2. Cifras cinzas	114
5.3. Cifras amarelas	115
5.4. Cifras brancas	116
5.5. Cifras verdes	116
5.6. Cifras rosas.....	116
5.7. Cifras arco-íris	117
5.8. Cifras douradas	118

Capítulo 6

DIREITOS E GARANTIAS FUNDAMENTAIS DA VÍTIMA	127
6.1. Marginalização da vítima e estado democrático de direito	129
6.2. Reexame do modelo retributivo penal.....	134
6.3. Crise da pena privativa de liberdade	141
6.4. Fundamentabilidade da reparação civil do art. 5º, v, da CRFB.....	144
6.4.1. Críticas à reparação civil na instrução penal.....	148
6.5. Reparação civil como terceira via de sanção penal.....	150
6.6. Reparação civil como nova chance ao infrator.....	154
6.7. Acesso à justiça do art. 5º, xxxv, da CRFB	157
6.8. Fundo nacional de proteção às vítimas de crimes do art. 245 Da CRFB.....	164

Capítulo 7

INSTRUMENTOS DE TUTELA PENAI, PROCESSUAIS E ASSISTENCIAIS DA VÍTIMA	171
7.1. Notícia-crime	171
7.2. Poder de requerimento de diligências no curso da investigação criminal.....	172
7.3. Direito de intimação e poder de revisão ministerial contra promoção de arquivamento de investigação criminal	173
7.4. Lei de proteção a vítimas e testemunhas.....	173
7.5. Representação penal.....	177
7.6. Medidas protetivas	177
7.6.1. Vítima mulher de violência doméstica	178
7.6.2. Vítima criança ou adolescente	179
7.6.3. Vítima idosa	180
7.6.4. Vítima dos demais crimes.....	180
7.7. Queixa-crime	181
7.7.1. Ação penal privada propriamente dita.....	181
7.7.2. Ação penal privada subsidiária da pública.....	181
7.7.3. Pedido Liminar em Queixa-Crime	182

7.7.3.1. Poder Geral de Cautela	182
7.7.3.2. Arbitramento de Astreintes.....	183
7.7.3.3. Medidas Cautelares Diversas da Prisão.....	183
7.8. A vítima na instrução criminal do rito ordinário	183
7.8.1. Formulação de quesitos e indicação de assistente técnico.....	184
7.8.2. Oitiva do ofendido	184
7.8.2.1. Direito de Não Constrangimento Por Perguntas Discriminatórias em Audiência Criminal.....	184
7.8.2.2. No inquérito policial.....	186
7.8.2.3. Em juízo.....	187
7.8.2.4. Escuta especializada ou depoimento especial.....	187
7.8.3. Decretação do segredo de justiça.....	191
7.8.4. Comunicação dos atos processuais	191
7.8.5. Espaço separado nas audiências	192
7.8.6. Encaminhamento à assistência psicossocial, jurídica e de saúde	192
7.9. Assistência à acusação	192
7.9.1. Momento	194
7.9.2. Legitimidade	194
7.9.3. Interesse processual.....	195
7.9.4. Instrumentos processuais	203
7.10. Justiça restaurativa.....	204
7.10.1. Princípios restaurativos	210
7.10.2. Práticas restaurativas.....	211
7.10.3. Momento de incidência	214
7.10.4. Consequências jurídicas.....	215
7.11. Crime de Violência Institucional – Art. 15-A da Lei 13.869/19.....	216
7.12. Mandado de Segurança Criminal.....	218
7.13. <i>Amicus Curiae</i>	219

Capítulo 8

MEIOS DE OBTENÇÃO DA REPARAÇÃO CIVIL EM FAVOR DA VÍTIMA.....	223
---	------------

8.1. Sistemas processuais de julgamento.....	223
8.1.1. Independência ou separatista.....	223
8.1.2. Adesão, confusão ou união.....	226
8.2. Audiência de autocomposição civil nos juizados especiais criminais	231
8.3. Medidas cautelares reais.....	233
8.3.1. Sequestro	234
8.3.2. Hipoteca legal.....	234
8.3.3. Arresto	235
8.4. Acordo de não persecução penal	235
8.5. Ação civil <i>ex delicto</i>	236
8.5.1. Efeito automático e genérico da sentença penal condenatória de reparação do dano	237
8.5.2. Efeitos civis da sentença absolutória.....	237
8.6. Indenização mínima na sentença penal condenatória	239
8.6.1. Crimes da Legislação Penal Especial e Extravagante	239
8.6.2. Crimes ambientais	240
8.7. Indenização mínima e a possibilidade de penhora do bem de família do responsável.....	241
8.8. Pena pecuniária	241

Capítulo 9

A INDENIZAÇÃO MÍNIMA DO ART. 387, IV, DO CPP À LUZ DA CONSTITUIÇÃO.....	243
9.1. A ausência de um procedimento de quantificação no CPP	244
9.2. A reparação civil prevista no art. 387, IV, do CPP.....	249
9.2.1. Danos materiais	255
9.2.1.1. Dano emergente	256
9.2.1.2. Lucros cessantes.....	257
9.2.2. Dano moral	257
9.2.2.1. Dano Moral de Natureza Coletiva.....	263
9.3. Legitimidade do ministério público na formulação do pedido de indenização mínima	265

9.3.1.	Crimes com bem jurídico de interesse privado.....	265
9.3.2.	Crimes com bem jurídico de interesse social e individual indisponível.....	268
9.3.3.	Vítima pobre.....	268
9.3.4.	Questão da hipossuficiência dos ofendidos.....	269
9.4.	Necessidade de formulação do pedido para a fixação de indenização mínima.....	272
9.5.	Por que a fixação de um valor mínimo e não integral?.....	281

Capítulo 10

PROCEDIMENTO PARA A FIXAÇÃO DA INDENIZAÇÃO MÍNIMA NA INSTRUÇÃO CRIMINAL.....	285
10.1. Levantamento da reparação civil no inquérito policial.....	288
10.2. Formulação do pedido.....	289
10.3. Resposta à acusação e ao requerimento de valor mínimo	293
10.4. Instrução processual para apuração do valor.....	293
10.4.1. Fixação dos pontos controvertidos, designação e realização de audiência de instrução e julgamento.....	293
10.4.2. Memoriais pela acusação e defesa.....	293
10.5. Sentença penal condenatória.....	295
10.6. Recorribilidade.....	297
10.7. Execução do valor mínimo.....	298
10.8. Liquidação do valor mínimo.....	299
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	301
REFERÊNCIAS.....	309